



# A VOZ ROUCA

que não se cala

#9

f A Voz Rouca

## Precarização: nosso presente de Natal?

Imagine a cena: com o ano letivo prestes a acabar, sua escola avisa que em 2018 não haverá mais recesso remunerado, nem hora atividade, que as emendas de feriado serão compensadas aos sábados e que seus filhos não terão mais bolsa integral.

Essa cena parece ter saído de um filme de terror, mas graças à reforma trabalhista pode virar realidade. Muitos colégios têm usado sua situação particular de "dificuldade financeira" ou de "poucas matrículas" como justificativa para empurrar ataques desse tipo como presente de natal aos professores e funcionários.

Diante disso, precisamos ficar em alerta em cada escola e faculdade nesse fim de ano: não podemos aceitar nenhuma proposta que retire direitos conquistados, assegurados pela Convenção Coletiva. É verdade que em boa parte dos colégios o clima é de insegurança, afinal muitos de nós ainda não sabem "quem fica no ano que vem". Mas, conversando nos corredores, no almoço, no Whatsapp e na sala dos professores, é possível se organizar para reagir: se a direção aparecer querendo negociar algo fora da convenção, ninguém assina nada.

Há menos de um ano nós rompemos o medo, nos reunimos com os colegas, fizemos assembleias e paralisamos as atividades em mais de duzentas escolas. A greve do dia 28 de abril mostrou que, se nos organizarmos, temos capacidade de enfrentar a precarização do nosso trabalho!



**MAS O QUE MUDOU?** Antes da reforma, a convenção coletiva – acordo estabelecido entre o sindicato de trabalhadores de uma categoria e o sindicato patronal – só podia negociar a ampliação dos direitos que constam na CLT, sem nunca reduzi-los. Da mesma forma, o acordo coletivo, firmado entre o sindicato e uma ou mais empresas, podia apenas ampliar os benefícios estabelecidos pela convenção da categoria. Com a nova lei, o acordo e a convenção podem se sobrepor à CLT em uma série de pontos, permitindo a piora das condições de trabalho até que sobrem somente os direitos constitucionais.

### Boas festas... e entrevistas!

Com as demissões de fim de ano, começa a maratona dos processos seletivos:

**Imersão de três dias.** Processos seletivos longos são cada vez mais comuns, mas este ano uma escola nova da região do ABC passou de todos os limites: uma das várias etapas da seleção era uma imersão de três dias! Será que eles pagavam hospedagem e refeição?

**Mobilizado à toa.** Uma escola da região sul já está ficando famosa por abrir processos, chamar os candidatos para várias etapas, e depois nunca mais falar no assunto. Até que um dia você descobre que entrou um novo professor - que não estava na seleção. Então por que abriu processo?

**"Vivência".** Em outra escola da zona sul, os candidatos à vaga de assistente do F1 são chamados para uma semana de "vivência" na escola. Na prática, você trabalha cinco dias de graça, pagando o transporte do próprio bolso. Só não espere um telefonema para a próxima fase, porque o trabalho era aquele mesmo...

# Diminuição de módulos nas escolas da prefeitura

Em 22 de setembro, o prefeito João Doria e seu secretário Alexandre Schneider deram mais um passo no processo de sucateamento da educação pública e precarização do trabalho docente. Eles publicaram a portaria 7.663, que diminui o número de módulos por escola, ou seja, essa portaria extingue cargos das escolas que já sofrem com a falta de professores.

Até essa portaria ser publicada, uma escola de educação infantil que tivesse de duas a quatro turmas, tinha garantido um professor sem aulas atribuídas, pronto para substituir um professor ausente, para dar aulas paralelas de recuperação continuada, oferecer projetos que ampliassem a grade curricular da escola, ou mesmo para auxiliar o professor titular na sala de aula. Uma escola maior, que tivesse entre 9 e 14 turmas, tinha o direito de ter três desses professores. Com a portaria, para uma EMEI ter três módulos, ela precisa ter entre onze e dezessete turmas.

Essas mudanças também atingem o ensino fundamental e médio. A partir do ano de 2018, para ter esse quadro de profissionais as escolas deverão ter no mínimo nove turmas. E qualquer

número acima não garante nenhum professor a mais. A prefeitura afirma que essa política serve para melhorar o aproveitamento dos professores na rede, principalmente nas regiões de difícil acesso da cidade. Mas na verdade estão extinguindo cargos sem pensar na autonomia dos docentes, nas condições de trabalho e de locomoção e na qualidade de ensino que as escolas oferecem.

Tudo isso está em sintonia com a política de centralização das matrículas em um cadastro único de estudantes, compartilhado entre a Prefeitura e o Estado. Assim, há alguns anos, as escolas perderam a autonomia para planejar seus espaços e pensar o número de turmas que poderiam acomodar. Os estudantes e familiares ficaram sem o direito de decidir qual escola querem escolher. Em suma, os poderes estaduais e municipais gerem os indivíduos como “população” que deve ser “alocada” para estudar e trabalhar de acordo com suas políticas nefastas de desmonte da educação pública. Terra arrasada que vira um prato cheio para que as parcerias com a iniciativa privada se apresentem como soluções miraculosas.

## A educação do futuro e o sequestro dos sonhos

Desde seu lançamento em junho, o documentário *Nunca me sonharam* vem sendo exibido aos professores e estudantes de diversas escolas e faculdades. A fim de refletir sobre os motivos de tanto entusiasmo, em setembro *A Voz Rouca* organizou um debate tendo o filme como foco.

Com uma estética comovente – de fotografia clara, cores suaves e trilha sonora emocionante –, ele tenta seduzir o espectador a um discurso de “protagonismo juvenil”.

Mas qual a concepção de protagonismo aí contida? Quais são os objetivos por trás da produção desse filme? E a quem eles interessam? O que pouco se fala é que *Nunca me Sonharam* foi patrocinado pelo Instituto Unibanco e que todas as escolas apresentadas têm parceria com o Instituto.

O documentário constrói sua narrativa através de uma série de imagens descontextualizadas de “jovens protagonistas”, com falas curtas e editadas. Mostra também uma porção de economistas falando sobre educação, além de alguns poucos professores contando como superaram as adversidades cotidianas. São escolhidas algumas das mazelas da educação pública – “falta acreditar”, “falta comida”, “falta estrutura na escola”, “falta formação” – e apresentadas como superáveis pelo esforço, criatividade e uma boa dose de “liberdade” aos alunos.

O discurso é montado de forma tão comovente que qualquer questionamento ao filme acaba soando como uma posição contra o potencial criativo dos jovens. Assim o documentário achata as visões sobre a educação pública de qualidade, armando falsas oposições (“escola tradicional” vs “escola do protagonismo”) e fazendo-nos pensar que só há um caminho possível.

Para o filme, só existe uma “educação do futuro”: uma escola de gestores, dotados de sensibilidade e flexibilidade para lidar com as piores adversidades (que em nenhum momento têm suas causas problematizadas pelo filme). Uma escola pública apoiada por instituições corporativo/filantrópicas. O diretor Rhoden se



propõe a olhar do presente para o futuro, esquecendo-se do passado. Assim, sugere nas entrelinhas, um “professor do futuro”: alguém que trabalhe por paixão, que lute para trabalhar, alguém mais produtivo. Alguém distante da atual burocracia escolar, mais flexível, capaz pelo próprio esforço de superar adversidades e criar condições para que os jovens se formem de maneira “autônoma” (ou seria solitária?).

Por um lado, o “protagonismo juvenil” de *Nunca me sonharam* desconsidera as vozes dos secundaristas que ocuparam mais de mil escolas entre 2015-2016. Por outro, ignora o problema da remuneração e da tripla jornada do professor. Estrategicamente, o Unibanco esquece que boas condições de trabalho são o passo mais fundamental para que se possa sonhar com educação de qualidade.